

# NARRANDO O ENREDAMENTO DAS POPULAÇÕES DO SERTÃO NORTE-MINEIRO E DO CAA:

uma trajetória de 20 anos

**O**s 20 anos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) são muito mais do que 20. Muitas mãos e sonhos vêm possibilitando a caminhada de construção do CAA. Não vamos falar aqui da entidade, mas de um processo vivo de construção de um projeto para o Norte de Minas, que se insere em uma elaboração social onde o sertão dialoga com o Brasil, com o mundo, onde o CAA passou a se constituir em um lugar privilegiado, no dizer de João Batista Costa, *“de fala dos subalternos e, ao mesmo tempo, de subversão da subalternidade* (D’Angelis, 2005).

O CAA-NM surge na esteira dos conflitos provocados pelo processo desenvolvimentista que adentrou o sertão norte-mineiro, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, desestruturando as economias locais, ecossistemas e uma diversidade de sistemas culturais de produção associados aos Cerrados, Caatingas, Mata Seca e vazantes do São

Francisco. À violência explícita da expulsão de milhares de camponeses de suas terras, uma outra silenciosa, mas não menos violenta, quase invisível, ocorria quando estes, encurralados pelo latifúndio, pelas reflorestadoras, endividados, com os terrenos desgastados, ou contaminados por um sem número de agrotóxicos, deixavam o seu lugar e migravam em busca das luzes das cidades à procura de dias melhores, acesso à saúde ou estudos para os seus filhos.

**C**amponeses, organizações sociais, lideranças locais e técnicos se unem em torno desta preocupação. Laços ligam o Norte de Minas com pessoas e organizações de outros estados da federação que também tinham essa mesma preocupação. De um seminário realizado em Montes Claros, no ano de 1985, surge a primeira proposta do que viria a ser o CAA. Uma história que vamos contar a partir da contribuição de algumas pessoas que ajudaram e vêm ajudando na sua construção. Na verdade, uma parte da história porque foram muitos os seus



Flor de cagaita salpica de branco o sertão – Montes Claros – MG

idealizadores, os seus construtores, os seus apoiadores<sup>1</sup>, nem todos citados, nem todos entrevistados. A quem pedimos que relevem<sup>2</sup>.

**O**ptamos por organizar este texto entre-meando as entrevistas com os documentos enviados pelos colaboradores, tomando a liberdade de entrecortá-las de acordo com os diversos tempos que vieram conformando a história do CAA. Uma história com muitos olhares, percepções e sentimentos diferenciados.

**Alvimar<sup>3</sup>:** No início, a gente chamava era de CTA<sup>4</sup>. Iniciou com mais ou menos 120 trabalhadores em um seminário regional. Participaram deste processo, na época, 1985, o FUNDAJU, técnicos da Secretaria do Trabalho, pessoas que tinham questionamento de como a EMATER trabalhava e queriam um modelo diferente. Na realização, eu participei mais na questão de infra-estrutura. Rosely, Luiz Chaves, Carlinhos e Celso trabalharam mais na metodologia. Padre Justino esteve presente na criação do que veio a ser o CAA. Os trabalhos todos foram na perspectiva de se discutir um novo modelo de agricultura para o Norte de Minas.

Os primeiros funcionários foram Albano<sup>5</sup>, Mide<sup>6</sup> e Mazzan<sup>7</sup>, que iniciaram em 1987, com o apoio de Eduardo Ribeiro<sup>8</sup> e de Rosely<sup>9</sup>. Eles faziam visitas de intercâmbio, algumas vezes até no Fusca da casa de pastoral. No início, nós ce-

demo a infra-estrutura para funcionar. Marcou-me o contexto político da época que o CAA começou e trouxe esse novo jeito de trabalhar no meio agrário. O manejo do cisco, a matéria orgânica, foi um marco. O povo tinha resistência para não queimar. O debate da sustentabilidade sempre foi muito forte. No início, existia um entrosamento maior, mais troca, maior afetividade, talvez também pelo trabalho e a equipe ser menor, com menos áreas de atuação. O trabalho do CAA entrelaçou-se com o da CEBs e fez uma parceria muito boa, porque o povo se politizava e se organizava enquanto comunidade e o CAA vinha e trabalhava com esse mesmo povo na formação para a prática da agricultura sustentável.

**Rosely<sup>10</sup>:** De Centro de Tecnologias Alternativas de Montes Claros ao CAA

Enquanto depender de mim, os campos ficarão lá. Enquanto depender de mim, os Cerrados ficarão lá. Porque tenho medo de que, se eles forem destruídos, a minha alma também o será. Ficarei como as florestas de pinus, úteis e mortas. Ficarei como as plantações rendosas, úteis e vazias de mistérios (Rubens Alves)

Desde que recebi o pedido para escrever algumas linhas sobre a história da construção do CAA no Norte de Minas, idéias, lembranças, emoções emergiram de uma forma gostosa e confusa. Saudades, imagens da primeira sede atrás da Catedral, das reuniões, às vezes tensas, às vezes esperançosas, ques-

<sup>1</sup> Ao longo de sua trajetória, muitas organizações colaboraram ou continuam colaborando, seja viabilizando projetos institucionais, seja contribuindo com projetos a grupos ou temas específicos. Entre elas podemos citar: Misereor e PPM (as primeiras colaboradoras), CESE, CERIS, FASE, HEKS, Cáritas, IMS, Fundação Kellogs, Embaixada Italiana, Fundação Banco do Brasil, etc.

<sup>2</sup> Principalmente às que deram entrevistas, mas que não chegaram a tempo e não puderam ser incluídas neste texto.

<sup>3</sup> Alvimar Ribeiro, assessor da Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Montes Claros. Sempre acompanhou de perto o trabalho da entidade, contribuindo tanto no Conselho Diretor quanto no Conselho Fiscal.

<sup>4</sup> Centros de Tecnologias Alternativas. Esta era uma proposta que o Projeto TA da FASE (RJ) tinha para contribuir com as regiões que iniciavam um processo organizado de questionamento e de busca de alternativas aos impactos provocados pela chamada “Revolução Verde”.

<sup>5</sup> Albano Machado, sociólogo.

<sup>6</sup> Elmidés Veloso, secretária.

<sup>7</sup> Carlos Eduardo Mazzetto, agrônomo.

<sup>8</sup> Economista e consultor.

<sup>9</sup> Rosely Carlos Augusto, da Casa de Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros.

<sup>10</sup> Psicóloga social, participou da criação do CAA, como agente pastoral, assessora da CPT e coordenadora da Casa de Pastoral Comunitária de Montes Claros. Hoje leciona psicologia social e presta assessorias a entidades, pastorais e movimentos sociais do campo e cidade.

tões com as quais nos debatíamos.

**L**ogo vacilei em escrever em tão pouco tempo e sem antes pesquisar velhas anotações e agendas. Acabei por decidir me deixar levar pelas emoções que tomaram conta de meu coração e da minha mente.

A história do CAA se confunde com a história dos movimentos e pastorais sociais do Norte de Minas. Frutos dos ventos dos novos movimentos sociais e da “Teologia da Libertação”, que agitaram os campos e as cidades do Brasil e de toda a América Latina, nos anos 1980.

Nesse contexto, nasceu a idéia do “Centro de Tecnologias Alternativas de Montes Claros”, como resposta, já implantada em outras partes do Brasil pela FASE Nacional, com o seu “Programa PTA” (Projetos de Tecnologias Alternativas), às demandas colocadas pelos “pequenos produtores rurais” da região<sup>11</sup>. O que é “pequena produção”? De quem exatamente estamos falando no Norte de Minas? Como vivem, como enfrentam as adversidades? O que “se esconde” por trás da categoria “trabalhadores rurais”, que o sistema sindical tentava impor como unidade de representação? Foram questões constantemente debatidas e colocadas na implantação do CAA. Demandas como garantia de preço para os produtos rurais, crédito subsidiado, alternativas para a seca que ficava cada vez mais constante e longa, para a “terra cansada”, para o aumento das “pragas” e para acabar com o “atravessador”, vinham sendo colhidas nos encontros de CEBS e CPT, nas reuniões dos pequenos projetos

comunitários ou alternativos, nas assembleias dos STRs e plenárias sindicais da região. Foi no bojo do “Projeto da Casa de Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros” que esta idéia foi ganhando corpo e se fazendo sonho entre trabalhadores, comunidades rurais, técnicos e agentes de pastoral<sup>12</sup>. Contando, então, com o apoio do Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE Nacional, que estava se implantando em Minas Gerais, realizou-se em Montes Claros, em 1985, um Encontro Regional de “Pequenos Produtores”, com uma participação expressiva de lideranças sindicais, posseiros envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária, técnicos e agentes pastorais, quando se selou compromisso e idéia com a construção de um “centro de experimentação e de articulação de lutas e tecnologias alternativas e apropriadas à pequena produção regional”. Já aí se contava com o compromisso da Misereor de apoiar a concretização da idéia, através da Casa de Pastoral Comunitária e se buscou, ainda, um financiamento na FINEP do Ministério de Ciência e Tecnologia. Podemos recordar de pessoas e nomes que foram importantes e decisivos na criação desse “centro de experimentação”, naquele momento, como: Luiz Chaves, coordenador da Casa de Pastoral Comunitária; Edmar Gadelha, do Projeto FASE/ASPTA em Minas Gerais; Jean Marc e Maria Emília, da FASE Nacional; Celso Marcatto, e, lideranças sindicais e comunitárias de Januária, Rubelita, Mirabela, Montes Claros, Barra do Pacuí, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Manga, Salinas, Taiobeiras, São Sebastião do Paraíso, Jramento, Bocaiúva, São Francisco, Francisco

<sup>11</sup> Denominação genérica utilizada entre as décadas 1950 e 1980, dada por estudiosos, Estado e entidades sindicais para se referir àqueles “trabalhadores rurais” que lutavam por preço, assistência técnica, crédito, infra-estrutura, tecnologia de produção, água, etc.

<sup>12</sup> O projeto da Casa de Pastoral Comunitária remete a convênio firmado pela Diocese de Montes Claros com a agência de cooperação internacional Misereor, desde 1984, com duas linhas básicas de ação: suporte à ação das pastorais sociais, como CPT, Pastoral Operária e da Juventude, e um “fundo” de financiamento de pequenos projetos econômicos comunitários contra a seca no Norte de Minas, apelidado de “Fundaju”, nos seus primeiros anos de existência.

Sá, Janaúba, Jequitai, Varzelândia e Cachoeirinha. Não vou ousar citar os nomes todos com medo de errar, mas não poderia deixar de citar Antonio Inácio, de Janaúria; Valdeci, de Varzelândia; Brulino e Zé Valdo, de Montes Claros; Juarez, de Bocaiúva, e, as mulheres, Nem, de Mirabela; Rosário, de Bocaiúva; Mirasônia, de Riacho dos Machados e outras. Alguns desses fizeram e fazem parte ainda da direção do Centro.

Como dizem os teóricos de grupo, nenhum grupo ou organização nasce ou se mantém sem um projeto comum idealizado, carregado de ilusões e certezas que formem um sistema de crenças, forças convergentes e onipotentes, onde não cabem questionamentos e a percepção de incoerências com relação a sermos os “portadores de verdades, certezas e dos sentimentos mais justos e válidos” (Enriquez, E, 1994). Por isso, não é de se estranhar que, aos olhos de hoje, muitas vezes digamos a nós mesmos: “puxa vida, se fossemos menos ingênuos e tivéssemos a consciência clara da complexidade, da natureza e do tamanho daquele projeto, não tínhamos nos metido nele”.

Tomados dessa idealização, para alguns apenas utopia ideológica e, para outros, carregada também de motivação de fé, o projeto ganhou o nome de “Centro de Tecnologias Alternativas de Montes Claros”, até à primeira assembleia de fundação, no início de 1989<sup>13</sup>, quando, fruto de ampla discussão e divergências de concepções, aprovou-se a substituição do nome para “Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas”. Com certeza, as discussões em torno do nome do Centro expressavam um momento muito significativo na construção dos movimentos de lutas no campo, em que não só as disputas de projetos entre o modelo agrícola da “Revolução Verde” e a constitui-

ção de um outro modelo alternativo ganhavam visibilidade, mas também, que marcava o avanço e a consolidação das idéias no interior do próprio movimento instituinte de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseado na reforma agrária e na viabilidade da “pequena produção”. Tendo marcado isso, não vou mais me estender nesse ponto, que foge ao objetivo imediato desse texto.

Participei do movimento de criação do CAA desde a gestação de sua idéia e fiz parte, com Luiz Chaves, do primeiro mandato do “Conselho Diretor”, que foi eleito, provisoriamente, por apenas um ano, no intuito de se amadurecer as propostas, concepções e divergências levantadas pela assembleia de fundação. Participei, ainda, do próximo mandato para dois anos. E fui sócia até 1994. O Conselho Diretor era composto de 11 membros, nove trabalhadores rurais e dois técnicos. Grandes questões estavam colocadas pela equipe técnica contratada nos primeiros anos (Carlos Eduardo Mazzeto, Albano e Carlinhos, como técnicos, e Mide, como apoio administrativo) e o Conselho Diretor, como:

– Qual a natureza e a metodologia de trabalho de um Centro que se propõe ser “de estudos, de experimentação e formação para a pequena produção rural, na área de Agricultura alternativa”, como diz o seu primeiro estatuto? (Estatuto Social, 1989)

– Tendo uma abrangência regional, por onde começar? Por onde já existe trabalho de base da CPT, dos S'TRs? Fazer assessoria para entidades e lideranças multiplicadoras ou trabalho de base direto nas propriedades? Áreas de agricultores de subsistência ou onde os agricultores já estão mais inseridos no mercado? Em áreas de grandes projetos governamentais, como o Jaíba e o Gorutuba, ou em áreas de posseiros?

– Como se legitimar diante das demandas dos trabalhadores regionais, já que, como entidade de formação e experimentação para a pequena produção regional, o Centro não havia sido criado pelos

<sup>13</sup> Encontrei, entre os documentos guardados, uma versão do que me parece ser uma primeira dos Estatutos do Centro, datada de 04/03/1989, discutida na assembleia de fundação.

próprios trabalhadores?

– Até se construir uma “área de experimentação”, qual estratégia de demonstração construir? Nas próprias propriedades? Mas, temos condições objetivas e subjetivas para propor aos agricultores e suas organizações alternativas de produção não conhecidas ainda?

– Quais as tecnologias apropriadas para o Cerrado? E como mudar a mentalidade regional de que o Cerrado “não dá nada, a não ser com grandes projetos de irrigação” ou que “só serve para a grande produção de boi”?

– Quais os mecanismos de gestão possibilitariam uma efetiva participação dos trabalhadores e a democracia interna?

**T**odos esse temas foram muitas vezes discutidos em reuniões e assembléias. Mas, realmente marcaram os primeiros mandatos, com certeza, as tensões de gestão entre a equipe técnica e a organização dos trabalhadores no interior da entidade. O documento de avaliação<sup>14</sup> do primeiro ano de mandato marca bem as divergências que vão perdurar, talvez, pelos primeiros dez anos da entidade. Alguns propunham e investiam na formação para a ampliação e efetiva participação dos trabalhadores na gestão da entidade, outros acreditavam que não havia, ainda, na região, agricultores com um nível de organização e politização suficiente para dar à direção e que, dessa forma, esses deveriam compor um Conselho Consultivo e não de direção da entidade. Como o primeiro estatuto não previa um Conselho Fiscal na estrutura da associação, outra avaliação apontada, naquele momento, foi a de que o Conselho Diretor havia se sobrecarregado com as funções política, administrativa e fiscal do CAA e que os trabalhadores, não tinham, de fato, formação para nenhuma des-

as atribuições previstas. Porém alguns pontos de avanços foram também apontados:

– cresceu a participação dos trabalhadores no desenvolvimento do CAA;

– o rodízio de diretores para acompanhar as visitas de campo dos técnicos ajudou no crescimento do Conselho Diretor e do CAA;

– “CAA já conhecido e valorizado por entidades, órgãos públicos e pelos próprios trabalhadores da região” (documento de avaliação 1990).

**Braulino**<sup>15</sup>: Primeiro, quando a gente começou, foi justamente aquele grupo, a CPT, que é a Pastoral da Terra, e a FASE. Aí começou essa discussão pra gente contrapor aquele modelo capitalista que tinha aí. Na época, a expansão da Revolução Verde pelo Governo, essa discussão começou. Veio o pessoal da FASE, o Edmar, aí eles resolveram fazer uma contratação de dois profissionais pra gente começar a discutir o trabalho. Foi na época que eles começaram. Eu, nessa época, estava sendo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros e comecei a reunir com eles lá em casa. Começamos a fazer experimentação naquela área que hoje é da Fazendinha do Menor<sup>16</sup>. Depois, nós saímos e fomos para a base, começar a fazer o trabalho. Aí, começamos a juntar as pessoas nas comunidades, o pessoal da igreja, as pastorais, junto com o sindicato. A gente discutia, fazia o diagnóstico. A gente estava no primeiro estágio, aquele trabalho de curva de nível, da agricultura orgânica. Aí começou a mudar, fazendo a experimentação, o manejo do cisco, a calda bordalesa. Isso foi bem no início. Após esse trabalho, começou a concentrar em algumas propriedades e eles foram lá em casa, na comunidade de Abóbora, na Ermidinha, propriedade do Arnaldo. A gente foi lá em Afonso, nas Laranjeiras<sup>17</sup>, e também em Francisco Sá. Esse trabalho começou mesmo em 1987, 1988. Aí foi ampliando... O trabalho na Catarina<sup>18</sup>... O trabalho no Riachinho<sup>19</sup>... A experimentação com os campos de sementes, e aí foi juntando mais gente, incorporando mais pessoas.

<sup>14</sup> Texto mimeografado de autoria do Conselho Diretor e equipe técnica do CAA de avaliação do primeiro mandato, de 04/03/89 a 04/03/90.

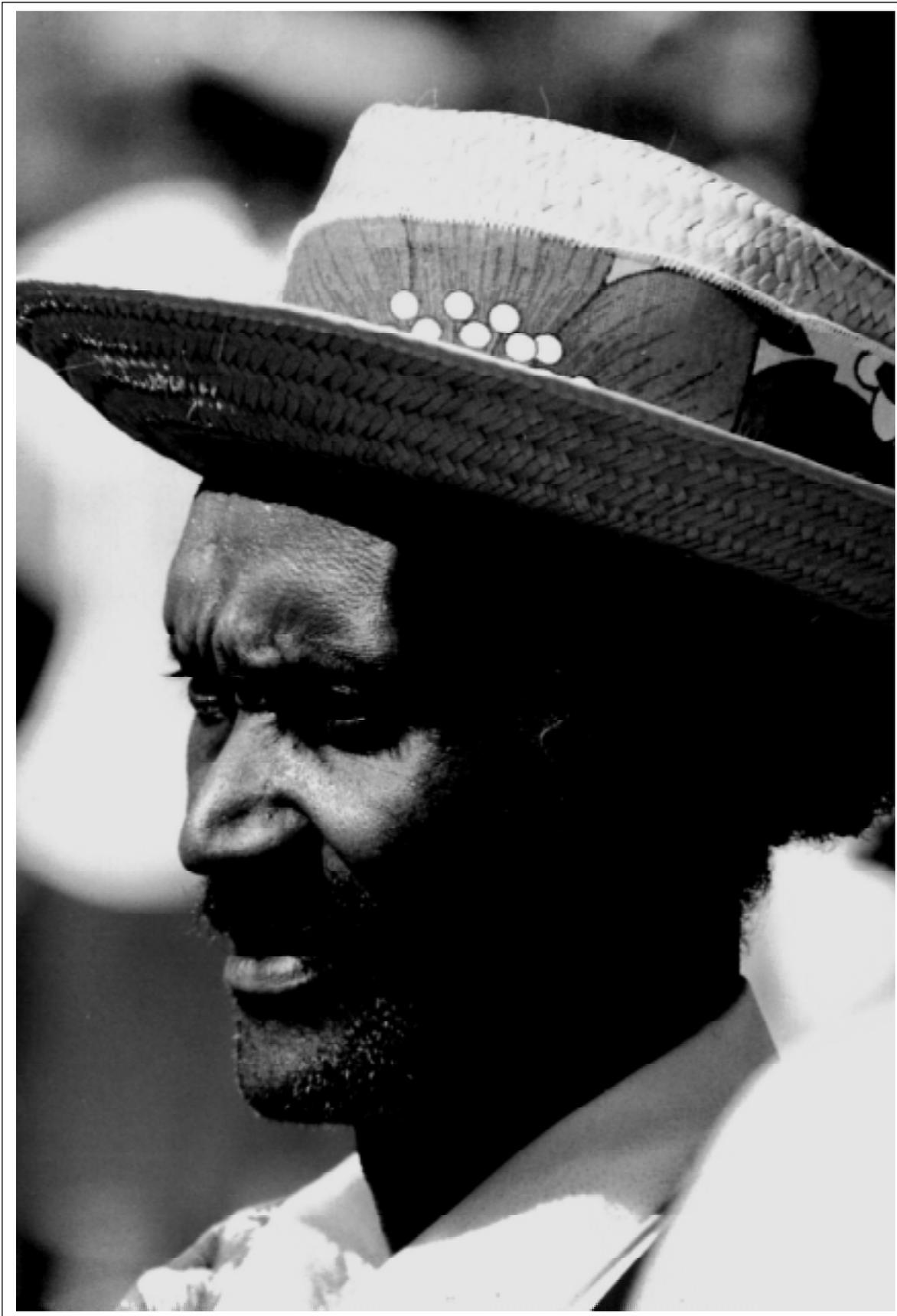
<sup>15</sup> Braulino Caetano – camponês da Comunidade de Abóbora, Montes Claros, diretor e um dos fundadores do CAA.

<sup>16</sup> Na época pertencia ao Ministério da Agricultura, que havia cedido de comodato para a Diocese de Montes Claros.

<sup>17</sup> Município de Mirabela.

<sup>18</sup> Município de Bocaiúva.

<sup>19</sup> Município de Montes Claros.



Gongadeiro do Bateiro – Festa do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas – Minas Novas – MG



Rosa singelo - Comunidade de Poções

**Oscarino**<sup>20</sup>: Olha, vou falar primeiro o porquê da criação do CAA. Naquela época, a gente vivia no tempo da monocultura que era o gado, o algodão em Porteirinha, aí também chegou o eucalipto na região. Isso foi nos anos 1970, no começo dos anos 1980. A gente vivia que num tinha uma assistência técnica que viesse a ajudar o agricultor a remediar, mas só vinham com a monocultura do algodão. Nem mesmo tinha suporte para conservar os solos. Os solos estavam sendo degradados demais. O Rio do Sítio secou. Tinha também a aplicação de inseticidas muito violentos e nós achamos também de sentar para ver uma proposta que visse amenizar esses problemas. Aí a gente achou interessante criar uma instituição que viesse atender a necessidade da agricultura, no caso uma agricultura familiar, ou seja, uma agricultura sustentável. A gente queria voltar ao estudo para saber onde estariam as nossas sementes crioulas, onde estariam mesmo as próprias raízes da agricultura. Nós começamos meio tímidos, visitando, fazendo os curso de conservação dos solos, os cursos de inseticida caseiro para o controle das pragas. Inclusive, nós fizemos um curso lá em Montes Claros sobre a historia da agricultura no Brasil. Isso foi muito interessante. A gente fez um resgate de nossa história desde o tempo dos índios, até a chegada no momento da monocultura. Isso aí deu varias lideranças e a coisa num andou muito, porque a pessoa para fazer, lutar contra a estrutura que foi implantada pelo governo militar na época... Você está do outro lado da moeda! Tinha muita dificuldade, mas, graças a Deus, fizemos algumas experiências. E foi andando...

**Braulino**: A Igreja ajudou muito. Teve esse primeiro projeto<sup>21</sup>, depois o governo cortou. Tivemos a visita do pessoal da Misereor<sup>22</sup>, bem nessa época, então esse projeto internacional foi assinado pelo bispo. O pessoal da CPT deu um grande apoio, o pessoal da CEBs também. Teve um grupo que trabalhou com a gente, foi uma parceria boa. Em 1988, 1989, a gente começou a discutir a entidade jurídica, aí, em 1990, a gente

formou a primeira assembléia para fundação do CAA e a gente fez a discussão. Na época, era o CTA, Centro de Tecnologia Alternativa, e teve uns dois grupos, uma divergência grande, foi uma discussão muito forte. Depois, a gente tornou a desmanchar. Aí, nós pensamos bem e achamos melhor ir discutindo. Foi um consenso quando fundamos com o nome de Centro de Agricultura Alternativa<sup>23</sup>.

Uns dois anos a gente veio discutindo que precisava de uma área para desenvolver melhor algumas experimentações, para formação dos trabalhadores, e aí foi o caso que nasceu a AEFA<sup>24</sup>, foi mais ou menos em 1990. Tinha o Grupo de Apoio, em cada região que trabalhava, tinha o núcleo para ajudar a implantar os experimentos na Área (AEFA). Foram vários grupos trabalhando. E aí começamos a discutir a parceria, discutir o trabalho junto com o sindicato. Tinha a experimentação e o povo já começava a discutir também o mercado. Se você faz o trabalho orgânico e tiver uma boa produção, vai fazer o quê? Mas aí era uma resistência muito grande, se isso aí seria uma missão nossa. A gente trabalhou por vários processos, teve muitas experimentações, aquelas microcisternas, a bomba rosário, também as pequenas barragens, barragens de saco. A gente discutia a preservação da água, por exemplo, discutia esses projetos de reflorestamento. Naquela época, a questão das monoculturas do eucalipto começou a entrar e a gente visava tudo que ia acontecer com as águas. Dificilmente você pegava o projeto e o povo acreditava. A gente sentia o impacto, o impacto político. Assim, numa produção que num gastava muito. Eles não aceitavam muito o CAA. Eles viam com um olho assim, que era coisa de comunista. Naquela época que a gente mexia tinha o impacto violento. Esses órgãos, você discute alguma coisa, qualquer discussão política que a gente tinha era uma briga. A gente previa o que ia acontecer com esse exemplo da Revolução Verde...

**Oscarino**: O CAA avançou muito para enfrentar isso aí. Principalmente nas articulações, porque o agricultor, em si, só sabia ir no banco pe-

<sup>20</sup> Oscarino Aguiar, lavrador, poeta e diretor do STR de Porteirinha.

<sup>21</sup> O primeiro projeto do CAA contou com o apoio da FINEP – Ministério da Ciência e Tecnologia.

<sup>22</sup> Organização de cooperação da Alemanha.

<sup>23</sup> Braulino faz um comentário sobre um debate de fundo então no CAA: se a entidade a ser criada deveria ter um contorno de ação mais técnico – então o nome de CTA, ou se deveria ser de assessoria mais geral aos movimentos rurais – então com o nome de Centro de Assessoria. Os debates ocorridos levaram ao cancelamento da primeira assembléia do CAA e em seguida foi-se chegando ao consenso de que o campo de atuação da entidade deveria não ser tão limitado nem tão genérico, optando então pelo nome de Centro de Agricultura Alternativa

<sup>24</sup> AEFA - Área de Experimentação e Formação em Agroecologia, também chamada de Área.

gar o financiamento. O CAA começou diferente da EMATER, começou a mostrar como ele mesmo poderia melhorar a sua agricultura, como poderia buscar parceria. Até os próprios recursos fora do banco a gente conseguiu para capacitação, para produção, produzir sem gastar demais. Nós desenvolvemos a caixa de ferrocimento<sup>25</sup>, é uma coisa muito interessante que estava iniciando, o CAA implantou na região. Espalhamos cursos para todos os lados. Aí houve um grande crescimento, muita gente passou a trabalhar nesta tecnologia, até que chegou a caixa d'água chamada de cisterna de placas. Quer dizer, o CAA tem colaborado muito com essas facilidades para o agricultor sobreviver na terra, que é a questão de convivência no semi-árido, foi o maior avanço que nós fizemos. Porque a gente vê a nossa condição de vida aqui e o que é melhor? A região de inverno? A gente pensa que aqui é ruim, mas é melhor o calor do que o frio que faz na Europa. A gente aprendeu isso, a valorizar o que é nosso. Nós não podemos combater a seca, mas aprendemos a conviver melhorando o solo, melhorando a nossa roça, a ter um horário de trabalhar. Nós aprendemos fazer isso tudo. A questão do inseticida, que a gente investia muito alto, a gente pode regular ela, ter menos intensidade, então, isso foi o maior avanço que nós tivemos.

Hoje, graças a Deus, o agricultor que não gostava de ouvir as propostas do CAA hoje está procurando o sindicato para dar curso. As nossas áreas dos agricultores está sendo procurada para ser área de intercâmbio de experiências, de sistemas de plantação, de criação de pequenos animais. Também hoje nós já contamos com o melhoramento das hortas. Tivemos algumas experiências também no campo de produção de sementes. Isso aí começou a despertar que o nosso milho crioulo teria uma posição melhor do que essas sementes de milho que apareceu, de secretária. E que essa propaganda de não se poder plantar na mesma terra, nós provamos realmente que é coisa das multinacionais. Porém, tem que tomar cuidado com a própria semente. Isso foi um avanço muito grande. Nós conseguimos fazer melhoramento e também buscar apoio junto à EMBRAPA, algumas sementes que dariam bem aqui. Plantamos muito sorgo aqui na região de Porteirinha. Até o sorgo nós desenvolvemos também uma semente crioula, melhor dizer, de variedade melhorada. E

aí, graças a Deus, nós trabalhamos muito bem o sorgo e hoje nós temos, de duas variedades iniciais, nós já temos quatro variedades. Tudo isso, esse suporte que o CAA nos deu. A gente tem tido curso de como trabalhar com os pequenos animais. Nós fizemos vários cursos para melhorar a criação de galinha, a maneira prática de evoluir melhor, e aí a gente tivemos um tipo de preparo de ração. Uma coisa também que foi interessante foi o preparo do sal mineral que nós desenvolvemos aí para os animais. Nós compramos juntos esses ingrediente e preparamos sal de acordo com a eficiência que tem o nosso solo. Graças a Deus, nós somos vistos aqui no Norte de Minas como modelo diferente.

**Braulino:** Nesse começo tivemos também a nossa contribuição com o movimento sindical. A gente tinha o grupo da Igreja, esses grupos organizados diretamente com os sindicatos. A gente trabalhava com sindicato de Bocaiúva, trabalhava com o de Porteirinha, Varzelândia, Coração de Jesus, Francisco Sá e Jequitaiá. Politicamente, sentava e planejava. Eram os grupos mais organizados. Teve lideranças de associações, treinamento para todo mundo que acompanhava as atividades. Mas, essas associações mesmo não andaram muito, porque a associação é muito local. A gente teve dificuldade com o poder público. Tinha a ligação com o pessoal da EMATER, teve várias dificuldades. Às pastorais a gente teve mais ligado e às outras redes. Agora, o movimento sindical num foi muito, não foi uma ligação direta com todo o movimento, tem pessoas, grupos. Naquela época, teve pelo menos dois sindicatos que pegaram a bandeira de luta aqui, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. O sindicato de Porteirinha, por exemplo, lá tinha uma diretoria bem capitalista e aí esse grupo que trabalhava com nós, com a CPT, conseguiu ganhar a eleição e, assim, politicamente é um dos melhores sindicatos dos agricultores, foi o município que mais formou lideranças, o município de Porteirinha. Em Varzelândia teve um trabalho muito bom politicamente, o pessoal ficou politizado, mas só que na verdade eles, de começo, num avançaram muito na questão da produção, que é uma questão política. Mas na política eles desempenharam bem e, após algum tempo, eles desenvolveram muito bem.

<sup>25</sup> Caixa de armazenamento de água feita com um sistema que gasta menos materiais e é de simples confecção.

**E**u acho assim: nós sempre fomos uma meia oposição no movimento sindical, porque o movimento sindical como um todo sempre não pegou mesmo a bandeira. Eles pegavam a produção sem a preocupação de destruir. Eles nunca pegaram a bandeira da preservação. Eles iam fazer reforma agrária, mas não tinham proposta para não desmatar, não acabar com tudo. Eu era diretor do sindicato nesse começo do CAA. Aí eu saí do sindicato e até hoje nós não tivemos nada ainda, continua assim meia oposição.

**Alvimar:** Houve também grandes embates entre Conselho Diretor e equipe técnica, discordância de funcionamento da sede, uns achavam que devia ser na AEFA, outros no centro. Eu mesmo defendi que tinha que ser na AEFA, mas depois compreendi que precisava ter uma referência na cidade, para chamar a atenção. A partir daí, o Conselho Diretor começa a participar das questões internas, com uma preocupação muito grande de que a equipe não se distanciasse da base.

**Braulino:** Quando começou, a gente começou com dois técnico e uma assessora, que era assessora de comunicação e administração. Depois entrou o que veio trabalhar com a questão agrária. Depois a equipe ficou com cinco mais ou menos. Nessa época, os técnicos também faziam parte do Conselho Diretor, o que ajudava muito na discussão política. Tinha a Pastoral, tinha a Rosely, o Paulo, a Solange, cada um numa época. Tinha uma discussão também do pessoal da Pastoral da Criança, acompanhava um tempo. Então, essa formação ajudava nas discussões políticas e a gente foi incorporando o pessoal da assembléia geral do CAA. Desde a primeira assembléia que eu sou diretor. Nessa época, era mais ou menos meio a meio, até que os agricultores tomaram conta. Tinha o Luiz Chaves, que trabalhava no movimento naquela época. Ele fez parte do Conselho também. Ele ajudava muito. Tinha essa compartilhamento. Assim, nós chegamos de cinco técnico, depois três, dois, um técnico... E os agricultores foram crescendo...Cinco, dez, até chegar no que está hoje.

**A** gente via que o processo na região, quando chegou o CAA, tinha muita gente ecologista que chegava, criticava o modelo, mas não dava alternativa, e o CAA começou a crítica e começou a mostrar a realidade, que tinha possibilidade de mudar. A gente discutia e fazia a prática, pelo menos. Essa questão, que é a possibilidade de

o ter um outro modelo, diferenciado desse que está aí, ele criticava e mostrava o outro lado da moeda, e isso que era a questão mais política que tinha.

No começo, a gente trabalhava direto nas propriedades. Na propriedade de uma pessoa você reunia o grupo ali, fazia o trabalho numa propriedade. Depois nós conseguimos a Área (AEFA), aí nós trazíamos vários grupos de fora. Aí começamos a fazer o trabalho junto, capacitando o pessoal com pouca experiência. A Área ficou com destaque porque começou a melhorar o sistema da criação dos animais, começou a melhorar a roça, a melhorar as hortas, o sistema das sementes com o banco de germoplasma. Tudo isso que tinha na propriedade tinha lá na Área, virou destaque. O destaque foi bem maior do que essa questão que vinha das faculdades. Outros grupos começaram a incorporar fazendo a visita. E começaram a criar outras experiências. Os agricultores, o grupo de estudantes, o grupo de técnicos, até os políticos, político assim da prefeitura essas coisas, muitas visitas. Lá foi ponto de aprendizagem. Aí começou os cursos de formação de jovens. Começamos assim, formando três turmas de jovem. Depois, a gente mudou o aspecto. Num foi só filho de agricultor. Aí foi jovens e adultos, todo mundo, e isso deu muito avanço, formou várias lideranças. Hoje, naquela área, é destaque em cima dessa questão da formação dos agricultores. Tem gente então do Norte de Minas todo. Está esparramado aí. Uns já estão nos acampamentos, outros já estão em outros lugares, mas, na verdade, a metade vingou. Índios também. Naquela época, num tinha quilombos e não formou e num tinha começado a trabalhar ainda, mas outras populações, aqueles pessoal vazanteiro, caatingueiro, geraizeiro, indígena...

**S**e nesta época tinha essa discussão de geraizeiro, de caatingueiro? É que foi mudando os nomes, porque tinha o pessoal que era da caatinga e eles sempre discutiam nos grupos. Nós somos mais resistentes nisso, somos mais sensíveis naquilo, e aí foi, o nome nasceu mesmo foi assim. Depois do trabalho do CAA que sofreu essa transformação. Os jovens caatingueiros, os jovens geraizeiros, foi uma caminhada à escola. E também foi muito importante a questão dos estágios dos estudantes. Passaram muitos estudantes pelo CAA e vários estudantes, que depois foram trabalhar em outras ONG's, hoje estão ocupando outros espaços no Brasil todo, a mentalidade deles está mais progressiva. Hoje, sabemos que tem vereador,

secretário em Prefeitura. Eu não sei se tem algum prefeito.

**João Altino**<sup>26</sup>: Eu conheci o CAA foi através da participação da gente na associação da comunidade de Córregos. Foi através das irmãs que na época tinham um trabalho lá na comunidade. Convidaram os jovens para fazer parte do curso de formação na Área do CAA<sup>27</sup>. Então, nós, da comunidade de Córregos, procuramos os jovens. Que se diz jovens tem até 25 anos, como eu tinha mais de 30 anos na época, mas eles me escolheram para ir fazer o curso, representar a comunidade. Então, foi através das irmãs e da associação da comunidade que eu conheci o CAA, tem uns dez anos aqui atrás.

Foi um ano de curso. Depois do curso eu comecei a fazer as curvas de nível na roça, aprendi de como resolver o problema da água construindo caixa e revestindo com ferro e cimento. Aprendemos também a construir a caixa de placa. Arrumamos recursos e a gente conseguiu construir manilhas de ferrocimento, perfuramos cisternas, instalamos bomba rosário, então a gente começou a levar para a prática, começou a resolver o problema da água que era muito antigo na época. A gente conseguiu ter água em casa.

A partir do momento do curso, a gente começou a ter conhecimentos da curva de nível, do plantio consorciado com o Cerrado, assim de também ficar aproveitando as frutas do Cerrado. Quando faz o plantio consorciado (com o Cerrado), você está conseguindo evitar o uso de adubo, de veneno químico. Você não vai ficar dependente de usar adubo e veneno por causa da matéria orgânica. Você está conseguindo adubar sem ter que desembolsar. Você consegue afugentar os insetos, porque quando os insetos têm uma coisa ou outra para comer, ele não come todas as plantas, ele não prejudica. O plantio da roça, consorciado com o Cerrado, a gente faz plantando tudo na mesma área, fazendo curva de nível. Aí, você planta o milho, feijão, mandioca, urucum, abacaxi e manga, abacate, capim de corte, andu, feijão de porco, a banana, a cana, tudo plantado no meio da roça, já deixando também as árvores que tem no Cerrado, fazendo a poda, e o resultado é isso: numa roça que se planta nesse consórcio, você nunca perde a roça

toda. Se perde uma, ganha outra. E tem também as coisa que produz mais rápido, outros que produz com um prazo maior. As plantas mesmos vão adubando, sem precisar estar comprando adubo.

Com o plantio da roça consorciado com o Cerrado, você está ajudando o Cerrado, porque ele está sendo destruído. E a gente, na verdade, tem que começar a plantar, porque senão vai chegar um momento em que não vai ter essas plantas. O caso do pequi, a gente planta a semente direta no local que irá de ficar. Então, já plantei pequi, que já vem produzindo, mas eu tenho plantado também o coquinho azedo, a mangaba, o articum, que são plantas nativas. Tem também as plantas medicinais do Cerrado. Por enquanto, ainda num plantei, mas, quando a gente coleta, tem aquele cuidado de estar cuidando dessas plantas, extrair de maneira que não vai acabar. Porque tem muita planta que serve para alimentação, outras para estar vendendo, então dá para comprar outras coisas. Assim, a gente tem o pequi, o panã, a mangaba, a cagaita, o coquinho azedo. São também muitos os remédios: o carapiá, o pau terra, a barrigudinha, o braço forte ... Muitas plantas são remédios que a gente usa e não precisamos então de ficar comprando na farmácia. E tem também essas coisas que ajuda muito na alimentação.

**Elmyr**<sup>28</sup>: Eu nasci na comunidade de Vereda Funda, no município de Rio Pardo. Venho de uma família bem grande. Em casa, somos 15 irmãos. Muitos morreram e só tem eu de homem agora. Com uns 16 anos, trabalhando no grupo de jovens na comunidade, eu conheci o Frei Paulo, que era pároco em Salinas e estava fazendo trabalho na comunidade de Vereda Funda. Em uma das idas lá, ele falou de um curso no CAA, um curso de formação de jovens em agroecologia, isso foi no ano de 1994. Aí ele convidou os jovens de Vereda Funda e eu interessei e fui fazer esse curso. O curso terminou em 1995 e, com esse curso, já tava participando da Pastoral da Criança. Primeiro, fizemos diversos trabalhos na comunidade, conservando os solos, recuperando as águas, recuperando as chácaras de café sombreado. Mas, nós tínhamos muitas dificuldades. Só podíamos usar as grotas, as chapadas estavam tomadas de eucalipto. Com

<sup>26</sup> João Altino Neto, geraizeiro que nasceu em Riacho dos Machados e hoje é assentado no Assentamento Americana.

<sup>27</sup> Curso de Formação de Monitores em Agroecologia – programa de formação do CAA que foi desenvolvido entre 1993 a 1997.

<sup>28</sup> Elmyr Pereira Soares, geraizeiro da Comunidade de Vereda Funda/Rio Pardo de Minas – diretor do STR de Rio Pardo de Minas.

o curso, eu interessei a participar do sindicato. Conheci o sindicato da cidade e aí, em 1997, eu entrei na diretoria do sindicato. E de um tempo pra cá, com o acompanhamento técnico do CAA, nós aqui do município, a gente faz um trabalho em diversas comunidades, participamos da Cáritas de Janaúba e hoje estou aqui no CRG (Centro de Referência Geraizeira). Estou aqui no CRG, trabalhando na diretoria do sindicato, e, na comunidade de Vereda Funda, nós estamos com um projeto de reconversão da monocultura do eucalipto.

**Aparecido**<sup>29</sup>: Eu sou um caatingueiro, lá da região de Porteirinha, lá no pé da Serra Geral, e nosso sistema é diferente dos gerais. Os meus pais, a origem deles é de lá mesmo, de Porteirinha, naquela região. Nasci lá e sempre trabalhei junto com os meus pais. Depois eu casei e comecei, desde 1986, um trabalho, iniciando na Pastoral da Juventude. A gente engajou num grupo de jovens e começamos a desenvolver trabalhos junto a CEBs. Começamos, também, a participar mais da vida política e entramos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, isso em 1989. Em 1991, eu comecei, assim, a envolver em trabalho de formação. E foi em 1992 que eu fiquei conhecendo o CAA, através do sindicato. A gente tinha uma preocupação com a questão da monocultura do algodão na região de Porteirinha e chamamos o CAA para nos ajudar em um projeto diferenciado, principalmente pra aquela região, onde que a gente via um desastre muito grande, muita degradação, desgaste dos solos, uso muito abusivo de venenos, de adubos químicos. Muitas famílias estavam prejudicadas e a gente precisava pensar uma outra alternativa de sobrevivência naquela região. Então, foi nesse meio aí que a gente começamos com o trabalho com o CAA.

A gente já tinha muitos resultados com produção agroecológica, formação de monitores, e, em 1998, o CAA demandou uma contribuição dos agricultores no trabalho com a região. E aí, a partir de 1998, eu fui lá pra Área do CAA (AEFA) e lá a gente veio trabalhando, mudando essa característica. Eu, que vivia numa região da caatinga, lá no CAA eu já passei a um outro clima que é o Cerrado.

Então foi ali que eu comecei a conhecer mais um pouco sobre o Cerrado, sobre as plantas do Cerrado, e o meu trabalho foi muito nessa questão de pensar a produção e também a formação de agricultores dentro dessa visão do trabalho com a agroecologia. Foi uma experiência muito rica, mas assim, mesmo eu trabalhando lá na Área do CAA, eu sempre tinha esse sonho de conseguir uma terra, de conseguir um pedaço de terra. Então eu passei a ingressar na luta pela terra e aí hoje eu estou aqui no Assentamento Americana<sup>30</sup>. Foi desse período que eu tive lá na Área do CAA que passei a apaixonar pelo Cerrado, pela sua diversidade, pelo clima do Cerrado e assim, depois que vim para o assentamento, a desenvolver um trabalho aqui no Cerrado.

**João Altino**: Eu sou um geraizeiro porque nasci e criei no gerais e convivo até hoje no gerais. Então, a história dos geraizeiros tem muito a ver com o lugar onde vivemos. O povo fala assim: de uma farinha boa, fala que é dos gerais; se tiver uma rapadura boa, fala que é dos gerais. A diferença entre gerais e caatinga é porque os gerais têm a diversidade de plantas, de espécies de árvores e bichos, que é diferente da caatinga. Além da vegetação, tem a questão da água, porque no gerais é mais fácil – o pessoal fala que água boa é água dos gerais. Os geraizeiros têm a tradição de plantar mandioca, cana, o arroz, o milho e o feijão. Uma tradição de plantio mais consorciado. A história dos geraizeiros tem muito a ver com a feira de Porteirinha, porque, na verdade, se diz assim, que a maior parte das coisas dos gerais vão para o mercado de Porteirinha, de Riacho dos Machados, Rio Pardo, Fruta de Leite... O pessoal leva para as feiras, não leva para o CEANORTE<sup>31</sup>.

O que tem afetado muito a vida dos geraizeiros é essa questão das empresas que vêm se dizendo que estão reflorestando, mas, na verdade, estão degradando o ambiente. O plantio de eucalipto foi o que mais afetou, porque vem limitando a vida das pessoas que nasceram, criaram e vivem nos gerais. Eu criava o gado lá solto. Só tinha uma novilha presa numa manga. No mais, o restante do gado era criado solto a maior parte do tempo. O gado era na solta. Você tirava uma madeira que se precisasse, fazia uma roça, num tinha esses limites que tem hoje. A

<sup>29</sup> Aparecido Alves de Souza – Nasceu em Porteirinha, foi diretor do STR de Porteirinha, posteriormente coordenador da AEFA e hoje é assentado no PA Americana, município de Grão Mogol e diretor da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão.

<sup>30</sup> Localizado no município de Grão Mogol.

<sup>31</sup> CEANORTE – Central de Abastecimento do Norte de Minas, fica localizado em Montes Claros.

pessoa vivia mais livre pra criar o gado, para coletar as frutas, as madeiras. Quando tinha a época que chovia pouco no período das águas, durante a seca o pessoal tinha aquela opção de procurar o brejo. Tinha muito brejo na época. O pessoal ia mexer com roça onde tinha brejo, até chegar o período chuvoso novamente. Depois, com a chegada das firmas, da RIMA, da Vale Rio Doce, mudou tudo. O pessoal muitas vezes não tem água, não tem onde criar o gado na solta, não tem mais essa liberdade de estar apanhando a madeira, nem fazendo a roça onde quiser, conforme era antes. Então, o que mais afeta a vida dos geraizeiros é essa questão dos eucaliptos, das terras tomadas pelos eucaliptos. É a pior coisa que existe, a gente discute, mas, infelizmente, não são todos que têm o conhecimento disso para estar defendendo conosco.

**E**lmyr: Vendo a realidade na comunidade de Vereda Funda, quando eu conheci, quando eu comecei a entender, no final da década de 1970, ela era uma comunidade bem isolada, inclusive daqui de Rio Pardo de Minas. A gente tinha transporte de Rio Pardo para Vereda Funda uma vez por mês. Para Salinas tinha mais transporte, mas a comunidade era muito isolada. Lá tinha seu sistema de vida próprio e se produzia de tudo: feijão, café, produzia bastante café, farinha, grande produção de farinha, muito boa, que era vendida em Salinas, Porteirinha e aqui mesmo em Rio Pardo.

No final da década de 1970 e no início de 1980, chegaram as firmas e foi plantado a monocultura do eucalipto. E como o plantio de eucalipto tomou quase toda a terra da comunidade, na parte alta, nas chapadas, praticamente tomou conta de tudo. Aqui era uma região com muita água, inclusive tinha várias fabriquetas de cachaça, de farinha, tudo movido a água. O meu pai mesmo tinha uma de farinha que era tratada com água. E com o plantio do eucalipto, as águas nas nascentes começaram a secar e hoje a situação mudou toda: pouca produção de agricultura, as terras estão todas ressecadas, a situação de água muito ruim.

**N**a verdade, o pessoal da maior parte do município ocupava as terras, mas não fazia os documentos. Naquela época não tinha orientação ou necessidade de fazer os documentos. O pessoal registrava uma pequena área, mas, na verdade, as famílias tinham o domínio de uma área muito maior, mas, no documento registrado em cartório, cada família tinha muita pouca terra. Mas esse terreno era todo usado. Na

chapada, soltava o gado, colhia as frutas. Mas aí o governo pegou essa terra até aonde as máquinas conseguiram passar. O governo pegou essa terra e repartiu com as reflorestadoras, como já falei. E essa terra passou a ser “terra do Estado”. A terra que era da comunidade, das pessoas dali, passou a ser considerada “terra do Estado”. E aí o Estado foi fazendo os contratos de arrendamento de nossas terras para a planta do eucalipto, contratos com até 23 anos e foi feito assim, desse jeito, e desde o ano de 2000 os contratos vêm vencendo.

Do município de Rio Pardo, por exemplo, quase todo tem gente, muitas e muitas famílias, e esse arrendamento do Estado tem algumas exceções. Só ali onde tinha muita serra, porque era difícil, não tinha como o pessoal das reflorestadoras estar trabalhando na serra. Ali eles ficaram de fora, mas, aonde tinha terra de chapada...

A comunidade de Vereda Funda, desde quando eu fiz o curso de formação de jovem em agroecologia, os técnicos do CAA começaram a acompanhar, a visitar a comunidade, e começaram a desenvolver alguns trabalhos e, nesse processo, que já vem de dez anos, a gente vem discutindo qual a problemática ambiental da comunidade, os problemas que impediam a comunidade para ela se desenvolver. A gente descobriu que um dos principais problemas era a falta de terra, pouca terra para as famílias, uma questão que não existia antes, e a degradação causada pelo plantio de eucalipto.

Então, nos começos, definimos que essas áreas onde tinha eucalipto, que passou a ser considerada “terra do Estado”, era, na verdade, “terra da comunidade”. O Estado tinha pegado essas terras, essas terras tinham que voltar para a comunidade e, com essa volta, aí as famílias teriam condições. A comunidade é mais de cem famílias, teriam condições de estarem sobrevivendo. Esperamos o contrato que o Estado tinha com a firma vencer e aí a comunidade começou a fazer negociação. Um pouco ainda antes de vencer fomos em uma reunião em Belo Horizonte, no ITER. Eles pediram um projeto, nós fizemos. Fomos de casa em casa, fizemos muitas reuniões. O CAA ajudou. Vimos que poderia recuperar as terras, produzir muito mais que o eucalipto produz, recuperar as águas. Só então é que fomos desconfiando que eles num queriam devolver as terras de volta. Eu achava que era um processo mais fácil, mas aí a gente viu que o Esta-



Interior – Lajotas e brilhos – Chapada do Norte – MG

do num tinha esse interesse. Então fizemos o acampamento<sup>32</sup>.

**D**esde dois anos para cá a comunidade vem discutindo a fazer a luta para poder reaver essa terra de volta, essa terra nossa que o Governo de Minas arrendou para a Florestaminas, para a Gerdau, e que ficou plantada de eucalipto depois que eles assinaram o contrato, contrato que já terminou. Hoje tem um acampamento lá na chapada. Parte do pessoal que vivia nas grotas foi lá para o acampamento. Uma boa parte das famílias que não foi para o acampamento está também participando da luta para ver se pega essas terras de volta, para poder ir recuperando a questão ambiental, a questão das águas e poder também estar melhorando o sistema de produção aqui na comunidade. Estamos lá, não estamos sozinhos. Estamos junto com o Sindicato, com a Via Campesina.

**João Altino:** Nossa questão não era muito diferente em Riacho dos Machados. Nós também estávamos ali encurralados pela Vale<sup>33</sup>. Nós começamos a cuidar da grotta, cuidar da terra, da água, mas vimos que não dava conta. Para usar a chapada não dava, porque tinha muita imposição do fiscal da firma. A gente pegava lenha porque não tinha jeito. O fiscal reclamava a gente direto para não pegar. Tinha hora que encontrava a gente com a lenha e recriminava. Junto com o CAA, nós fizemos uma proposta de um assentamento diferenciado, na mesma comunidade de Córregos, que a gente não conseguiu assim nenhum objetivo. Fomos no INCRA, no ITER, tivemos o apoio da CPT, do sindicato, a gente entrou na luta, mas não conseguimos. Ficamos acampados na estrada, depois a gente foi convidado a participar da ocupação da Americana, que é no município de Grão Mogol, vizinho à comunidade, e aí foi onde a gente pulou, ocupamos a fazenda<sup>34</sup>. E a gente está chegando a esse ponto, estamos assentados, não está tudo ainda deliberado, mas a terra já está desapropriada, parcelada, nós já estamos plantando, criando, coletando. Já estamos chegando quase na reta final.

**A**nossa proposta, não de todos, é um assentamento agroextrativista, é uma agricultura

junto com a natureza, é um sistema de agricultura consorciado com o Cerrado, então por isso que fala agroextrativista. Extrativista por que nós extraímos as coisas do Cerrado, as plantas nativas – remédios, frutas – e é por isso que dá o nome de agroextrativista. Pois, a partir desse curso foi que a gente passou a conhecer ainda mais a natureza, a importância do homem na natureza estarem juntos. Na verdade, a gente passou a respeitar mais a natureza em si, porque a gente fala meio ambiente e tal. Muitas vezes a gente fala e a gente num está levando para a prática. E, a partir desse momento, a gente está de fato tentando viver juntos, o homem e a natureza, a importância que tem o homem e a natureza juntos, que na verdade sempre foi o nosso sistema, mas a gente num entendia.

**Braulino:** O CAA, para chegar nesta fase, foi assim: teve uma fase, essa história do acompanhamento mais direto junto às comunidades, passando a fazer um trabalho que leva mais segurança na propriedade. Depois, começou com a questão do diagnóstico da comunidade para se saber o que tem naquela comunidade, o potencial que tinha a comunidade. Aí, de uma propriedade se começa para mais famílias. Então, em vez de fazer o trabalho em apenas uma propriedade, se fazia na comunidade, na associação, com grupos organizados que tinham interesse. Foi onde começou a crescer mais, a aprender e a crescer.

Depois começamos a trabalhar em três municípios, em quatro, em cinco, e aí foi aumentando... Se saiu das propriedades e começou a trabalhar com grupos maiores, assim como se fosse um micro-território. Primeiro, se trabalhava no preparo dos solos. Assim você ia até a questão ambiental. Então, a questão da produção vai nascendo muito forte. E se você tinha que produzir, tinha que comercializar. Então saiu a demanda da comercialização, a gente tinha que mostrar o outro lado, até que nasceu a cooperativa.

Desde o nascimento do CAA, batia muito forte que a Área (AEFA) tinha que ser não só de formação, ela tinha que ser auto-sustentável, pois, provavelmente, depois de um certo tempo, ela não teria mais financiamento. Ela tinha que experimentar, produzir e ser auto-sustentável. Tam-

<sup>32</sup> A comunidade contou com o apoio da Via Campesina para constituir o acampamento então denominado de “Mártires da Terra Prometida”, em alusão ao massacre ocorrido em Felisburgo.

<sup>33</sup> Florestas Rio Doce, então subsidiária da Cia Vale do Rio Doce e que era responsável pelas áreas de reflorestamento monoculturais.

<sup>34</sup> Fazenda Americana. O INCRA desapropriou os 18.000 ha da fazenda da Floresta Rio Doce após um longo processo de negociação que resultou na elaboração de uma proposta de assentamento diferenciado.

bém, nas propriedades, se tinha um produto orgânico, como é que fica essa situação, se vai vender como? Aí foi nascendo essa discussão, chegaram também outros técnicos de cabeça mudada, eles entraram na discussão, começamos a visitar, a gente foi em várias partes por aí, visitando, experimentando esse negócio de comercialização.

**E**ntão nós fizemos uma rodada de discussão para ver como começava: se por uma associação, por uma cooperativa. Por causa da legislação a gente teve uma dificuldade muito grande e, nesse ponto, era uma discussão política e também jurídica, até que chegou em um ponto: vamos fazer uma experimentação. Conseguimos um projeto e resolvemos começar com uma micro-empresa. Foi sacrificado o nome de quatro agricultores, inclusive eu fui um deles. Dei o nome, criamos uma micro-empresa e saímos experimentando. Você pregava que o Cerrado, ele é sustentável, só que você precisa provar que ele é sustentável, porque os produtos do Cerrado não eram beneficiados, eram vendidos in natura, todo mundo vendia, mas ninguém agregava valores.

Durante dois anos funcionou como micro-empresa, trabalhando com a produção de polpas. Esta foi outra fase, até que nasceu a cooperativa. No primeiro ano, nós produzimos 500 kg de polpa congelada em saquinhos de 100 gramas. Depois, atingimos cinco toneladas, 25 toneladas e, no ano passado, quando inauguramos oficialmente, atingimos 90 toneladas. Agora tem uma previsão de chegar a 150, 200 toneladas. Hoje somos 700 famílias.

Foi um ponto muito importante para as comunidades. Primeiro você está conservando é o nosso ecossistema. O nosso ecossistema está conservado e, ao mesmo tempo, você está produzindo, agregando valores. Isso é uma consciência para poder discutir com esse modelo que está aí, só destruindo, para você ter prova concreta. Hoje temos um capital de giro da cooperativa em torno de quase um milhão de reais. Se ele estivesse em uma grande empresa, a exportação sairia toda para fora, o capital sairia todo para fora. Para você ver, só em Porteirinha, em um instantim atingimos essa tonelada de frutas. Esse dinheiro foi levado para a mão do agricultor pela mão do extrativista. O dinheiro foi gasto na cidade. É o capital de giro que fica nas comunidades, por isso eu acho que a cooperativa, ela é muito importante. Além de ser importante politicamente, você está agregando valor para a questão ambiental, para o meio ambiente. Você está preservando o Cerrado, evitando a devastação do Cerrado. Você está tendo a experiência

de que você pode ir recuperando as áreas degradadas, consorciando a produção com o Cerrado.

Hoje, o CAA, junto com a cooperativa, conseguiu criar uma rede nacional e internacional que a gente trabalha com o objetivo da preservação. Essa articulação da rede do extrativismo tem outras linhas também, como a questão da saúde alternativa, das plantas medicinais do Cerrado. Tivemos a oportunidade de conhecer várias experiências de vários biomas e isso é fundamental, essa oportunidade de sair do território para estar conhecendo outros sistemas, e aí você volta com uma visão muito mais rica. Politicamente isso é muito rico.

**Aparecido:** O que nós estamos vendo hoje no Cerrado, principalmente aqui no Norte de Minas e em outras regiões, como no Maranhão, no Piauí, regiões que a gente tem contato, a gente está vendo o nosso Cerrado acabando. Aqui na nossa região, a monocultura do eucalipto, as grandes empresas vêm desestruturando os sistemas de produção dos agricultores, os recursos naturais do Cerrado. Quando a gente chega em outras regiões, a gente vê a soja tomando conta também das chapadas, acabando com essas riquezas tão grandes que nós temos. É uma realidade muito triste. Os agricultores que estão perdendo o acesso às áreas de Cerrado e, junto, vêm acabando com os recursos naturais, com as águas, acabando com as nascentes e com as veredas, com o jeito de trabalhar. Um grande desafio é pensar em alternativas de sobrevivência pra estas populações frente a todos estes problemas.

Uma contribuição que o CAA vem dando, juntamente com outros aliados, e que tem mostrado resultado junto aos geraizeiros e também na preservação dos recursos naturais, é esse trabalho de resgate dos territórios geraizeiros, principalmente sobre as terras que foram tomadas pelas empresas, retornar isso novamente para as comunidades, para que elas possam fazer uso.

Outro trabalho que o CAA tem incentivado é o uso dos recursos naturais como, por exemplo, o das frutas nativas, e que conta também com o apoio dos sindicatos, da UNIMONTES, da UFMG e outras instituições e movimentos. Isso vem criando uma consciência das populações de preservar o Cerrado e, ao mesmo tempo, fazer uso daquilo como uma estratégia econômica também. Então, hoje tem um trabalho bastante amplo com a questão dos frutos nativos, produção de polpas, de óleos, plantas medicinais. Isso tem dado uma contribuição muito importante para essas populações para que elas continuem vivendo no Cerrado.

**Oscarino:** Todo trabalho para começar é um pouco tímido. A adesão dos agricultores e das agricultoras é um pouco baixa, mas quando a gente vai fazendo as experiências, de que é possível um outro tipo de produção, então começa a ter mudanças. Veja um exemplo: a gente fez experiência de que os insetos não precisavam ser combatidos com veneno. Usamos extratos biológicos, depois a gente mostrou que a própria planta precisa de outros animais, de outros insetos, dos vermes, e a gente foi mostrando na prática que é melhor conviver com o inseto do que com o veneno. O próprio consumidor está sabendo disso. O nosso tomate, a nossa alface, quando nós produzimos, ele é mais procurado, não é tanto o valor nutritivo, mas é a questão do veneno que a gente está evitando que o pessoal procura mais.

Em Porteirinha, nós temos um contato social muito bom, do sindicato com o CAA. A gente valoriza muitos os nossos parceiros, as lideranças, as associações. Nós aumentamos a produção, produtos de boa qualidade. Não era mais a monocultura do algodão. Quando nós achamos por bem, tivemos a dificuldade na comercialização. A cooperativa veio dar o suporte político para o nosso produto, tanto na industrialização quanto na comercialização, valorizando os agricultores que trabalham com produtos agroecológicos. O acesso ao mercado foi um avanço muito grande.

O agricultor hoje está sendo valorizado diante desta extensão da cooperativa em parcerias com os sindicatos. Foi o maior avanço que nós tivemos. A nossa semente crioula está sendo valorizada, está sendo vendida por um preço muito bom. Graças a esse aprendizado, nós sabemos produzir a nossa semente. Estamos valorizando o nosso umbu. Este ano foi um avanço muito grande com a entrega de 40 toneladas de matéria prima daqui. E não foi nem 20% do que temos possibilidade de produzir. O mesmo aconteceu com o maracujá nativo, que só o gado comia. Hoje nós estamos aproveitando. As mulheres aproveitam mais. Enquanto cuida da casa, ela sai e pega uma saca de maracujá e isso dá uma grande ajuda na agricultura da família. Esse dinheiro ficou na família, na comunidade.

**Alvimar:** Hoje eu vejo a grande abrangência do CAA, fato bastante positivo. A origem das grandes lideranças que o CAA tem, veio das CEBs, que tinha espaços muito bons de formação com a metodologia do ver, julgar e agir, dentro de um contexto social unindo a fé e a vida. Eu fui um

grande defensor do trabalho na Tapera. Havia divergências entre os técnicos sobre a importância da Tapera e hoje a gente percebe o quanto este assentamento é modelo em tanta coisa, desde a questão das sementes, articulando a produção com a educação. Tem sido uma referência como um assentamento agroextrativista no Norte de Minas. Eu fico muito feliz com isso.

Percebo, de vez em quando, que algumas pessoas deixam transparecer que não há reunião periódica para troca de experiências. O pessoal questiona a relação com o dinheiro. Se não tem projeto, não garante uma presença mais constante. Se o CAA não estabelecer as áreas, definir as prioridades, pode ser espelho de muitas críticas. Precisa ter clareza sobre o momento de entrada e saída na comunidade, observando os objetivos e metas, avaliando com a comunidade e dando assistência constante. A entidade afastou da Catarina e houve grandes críticas. Na Laranjeiras, em Mirabela também. Por que os conflitos? Afastou sem discutir os conflitos. Lá na Americana tem crítica quanto ao monitoramento dos projetos. O trabalho fica restrito só ao grupo que aceita os princípios e começa a priorizar.

**H**oje eu percebo que houve grande distanciamento entre CPT e CAA, talvez pelo crescimento, dentro dessa troca de experiência. O Norte de Minas tem muita religiosidade popular, onde tem trabalho de CEBs, pastoraes, aí o CAA encontra uma base boa. Por isso temos que caminhar juntos nesse projeto, construir juntos.

Fazendo crítica ao Estado, o CAA sempre foi uma referência na discussão de um outro modelo, sempre provocou outras discussões e possibilidades além da produção. Nesse projeto de revitalização do São Francisco, vão surgir projetos e a CPT e o CAA precisam se articular para discutir com os agricultores. O nosso campo precisa discutir o modelo de reforma agrária diferenciado do que está aí.

**João Altino:** O CAA está junto com a gente na discussão de querer a terra e como viver na terra, cultivar as plantas que são cultivadas e também com o nativo, de ter muito cuidado com as plantas nativas, o seu aproveitamento, as frestas onde elas estão. Então, a preocupação maior que eu tenho hoje é com isso: lutar por um pedaço de terra. A gente vê a voz dos jovens, até gente adulta, dizer que estudar emprega. Mas a pergunta que eu fico fazendo é essa: emprego aonde?

Elas falam que a cidade está crescendo. Na verdade, a cidade não está crescendo, está inchando, porque, com a chegada do agricultor, do jovem, saindo da roça por falta de terra para trabalhar, ou falta de apoio para ficar na roça, a gente vê que a cidade está é inchando. Porque a cidade, quando cresce financeiramente, tem condições. Mas ir para a favela na cidade... Ela não está crescendo! O que eu mais preocupo hoje é a questão do homem do campo e essa luta por uma terra. Tem gente que tem medo de lutar por um pedaço de terra, mas, como, se não tem emprego para todo mundo? Não tem governo nenhum que dá conta de resolver essa questão do desemprego. É a realidade. Só vai resolver essa questão o dia que tiver um governo que lutar mesmo de fato para que todo mundo que tem vontade de ter um pedaço de terra possa ter acesso a terra para trabalhar.

Outra coisa importante é esta contribuição, é essa divulgação que hoje tem o Grande Sertão, a cooperativa, que está aí fazendo um trabalho coletivo com as frutas. Pega do agricultor, vende. Depois reparte para os agricultores o dinheiro, não é atravessador. Pega os produtos, vende e depois repassa. Outra coisa importante é a questão do conhecimento, a luta para que o pessoal tenha vida digna no campo, a luta pela terra, ou por água, ou por escola. A maior dificuldade é o povo entender, conhecer, o povo ter interesse.

Para resolver todos os problemas é difícil e complicado, mas tem um ditado que diz: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. A verdade é não desistir, continuar fazendo o trabalho, mesmo diante de tanta crítica. Dizer que a gente sabe resolver os problemas 100%, nós sabemos que num vai ser resolvido, mas, aos poucos, a gente vai conscientizando o pessoal. Voltando um pouco atrás, quando eu estava fazendo o curso, a gente via o pessoal falando: “deve ter muito dinheiro, ir um ano na reunião para fazer o curso”. Mas é questão de não ter conhecimento. Eu fui, hoje eu tenho uma participação na comunidade, represento a associação, a gente trabalha com um grupo de produção, participa da Pastoral da Criança, da Pastoral do Batismo, então, através desses conhecimentos é que a gente vai engajando na luta. Então, a gente sabe, se a pessoa não conhece uma coisa é difícil se adaptar, vai só olhar a luta. Mas não podemos desistir, é muito difícil, mas a gente tem que continuar.

**Aparecido:** O grande desafio ainda é como a gente

pode difundir mais esse trabalho que vem sendo feito, poder fortalecer esse trabalho aqui, a partir do local, e articular isso com outras redes maiores, onde que a gente possa ter uma rede bastante fortalecida com esse trabalho com a agroecologia. A gente sabe que é um desafio muito grande. É um processo, nem todo mundo consegue aderir ao projeto. Então, o desafio aí é como a gente pode fazer essas articulações, estas experiências terem maior impacto, para contrapor aos grandes projetos que temos aqui na região, as grandes monoculturas de eucaliptos, e a gente mostrar que o Cerrado está aí e que a população precisa viver do Cerrado. Temos tido um companheiro aí, o Dr. Walter<sup>35</sup>, ele disse que só se vai conseguir salvar o Cerrado o dia que a população que vive nele realmente conseguir se posicionar nesse sentido.

Então, toda essa articulação com as outras organizações, junto ao próprio governo federal, é muito importante. O Encontro dos Povos do Cerrado, que aconteceu aqui no Norte de Minas, nos ajudou a visualizar um pouco dos problemas que o Cerrado vem enfrentando. A feira foi um momento muito rico, muito importante, onde que a gente reuniu basicamente quase todas as populações que vivem no Cerrado, tanto aqui no Norte de Minas como em outras regiões do Brasil. O Encontro foi um grande passo e agora vem colocando na pauta a bandeira de luta pela moratória do Cerrado, porque a moratória do Cerrado é que vai dar a garantia pra que o Cerrado continue em pé. O Cerrado vem sendo destruído, e a gente pode garantir e barrar as grandes empresas e toda essa destruição que está sendo feita no Cerrado. Acho que a Feira dos Povos do Cerrado trouxe à tona a bandeira. Agora ela está levantada e a gente tem que garantir e segurar essa bandeira para que a moratória seja feita e a gente consiga colocar o Cerrado na pauta. Este foi um lugar de avanço.

**Oscarino:** O que mais mudou foi minha autoestima. A gente vivia em uma época que o agricultor num tinha muito valor, que a gente não tava com nada, a gente só fazia o que o governo queria, o “pacote do governo”. Aprendi a conhecer melhor a natureza, a maneira prática de ensinar também. Por causa de todo esse conhecimento, nós tínhamos muita rejeição. No caso da própria EMATER, desculpa dizer, mas a princípio foi difícil entender nosso trabalho. Hoje eles já falam

<sup>35</sup> Carlos Walter, geógrafo da Universidade Federal Fluminense e que assessora os extrativistas dos cerrados.

com bons olhos, eles dizem: “nós temos uma colega que faz parte, foi uma diretora do CAA”. Hoje já tem muitos que querem sentar conosco pra viabilizar os trabalhos, tanto os produtores, quanto os consumidores. Hoje nós estamos colhendo os frutos, muitos querem os nossos trabalhos. O próprio governo quer ingressar, tem interesse em trabalhar junto.

**Dernivaldo:** Para nós, do Quilombo do Gurutuba, desde o início da descoberta nossa, o CAA e o sindicato de Porteirinha foram uns dos descobridores. A aproximação iniciou quando ele começou a trabalhar no Assentamento Califórnia. Então, ele participou de todas as fases de nossa pesquisa, na busca de nossos direitos e na organização política que temos hoje. Ajudou no reconhecimento do Povo Quilombola Gurutubano e não parou por aí: vem apoiando a produção, ajudando a organizar as comunidades na luta pela reconquista do nosso território, e tem feito um acompanhamento direto à associação. Todos pegaram mesmo com amor o trabalho. A gente sente que tem carinho muito grande com a gente. Sem dúvida, é um dos parceiros mais importantes. A melhora de vida do povo aqui se deve muito a esse esforço de ajudar a gente a acordar para os nossos direitos e conquistar as melhorias.

**Rosely:** Olhando o CAA, hoje e à distância, parece-me que muitas das tensões e questões foram enfrentadas. A organicidade, a participação dos agricultores na gestão e na defesa “orgulhosa” da missão e concepção ideológica do CAA se tornou realidade e é visível. Ao lado disso, o CAA conseguiu incorporar uma prática identificada com a biodiversidade ecológica e cultural local. Deixou de ser um “sujeito estrangeiro” na relação com a população local.

Difundiu a proposta agroecológica com “alma de Cerrado”, como diria Rubens Alves. Alguns fatores internos parecem ter contribuído com isso: a realização do primeiro seminário de metodologias participativas em 1988, que deu consistência, aprofundou o conhecimento sobre a dinâmica econômica e política regional e produziu um rico material coletivo sobre o projeto de metodologia e diagnóstico participativo; o programa de formação dos jovens; a criação e consolidação da AEFA e da Cooperativa Grande Sertão; a defesa e produção de conhecimentos sobre a sustentabilidade de uma agricultura no Cerrado; a prioridade pela atuação em áreas de assentamentos de RA e comunidades tradicionais, além

de outros fatores externos como a “caminhada de peregrinação do Rio São Francisco – Rio Morto/povo morto”, realizada entre outubro de 1993 e outubro de 1994; o avanço da luta pela terra e pela reforma agrária na região; a participação na construção da Rede Cerrado e da Articulação Pacari; a consolidação da rede de centros de tecnologias alternativas em Minas Gerais e a construção da AMA<sup>36</sup>. Talvez nesse momento, após 20 anos de caminhada, a grande questão que se coloca é mesmo a de articulação em redes das diferentes ações regionais de luta pela terra e na terra que existem na região, potencializando o esforço de se construir uma real alternativa de desenvolvimento regional sustentável, como políticas públicas municipais, estadual e nacional.

**Braulino:** Eu olho assim o CAA. Num primeiro ponto, para mim, contribuiu demais. Lá em casa eu produzo, não é grande a produção, mas eu preservo, coleteo, crio sem uma grande degradação. A propriedade é pequena, não tem jeito, degrado um pouco porque a propriedade é pequena. Você tem de sobreviver de dentro, mas lá em casa não existe agrotóxico. Os meninos foram criados lá dentro, um bocado deles vive de lá, uma pequena produção. Temos uma consciência que os produtos são saudáveis. Eu não uso produto químico, agrotóxico. Faço um tipo de manejo silvipastoril. Eu num destruo a natureza. Consigo sobreviver com esse manejo do pasto, em volta tem muita degradação. Em casa tem uma preocupação de um manejo sem degradar, cuidado em tirar um pau, uma lenha, além da fauna. Se fosse como eu, teria lá um monte de animal, e essa é a minha consciência, hoje eu tenho visão. Não posso nem comparar com meus filhos, eles têm uma visão política, uma visão tranquila. Eles também pensam na vida daqui a 20, 50, 100 anos. Pensam de segurar a propriedade para um filho, um neto, um bisneto. Não é só para mim lucrar com ela e acabar com ela, para amanhã não servir para mais nada, eu tenho essa consciência hoje e meus filhos têm essa consciência também. Hoje eu sou feliz demais porque eles criaram uma educação diferenciada.

**N**outro ponto, a gente vê que o CAA teve vários estágios, ele teve num estágio bem mais pé-no-chão, hoje ele está em um estágio de maior programação. Trabalhou muito para dentro, trabalhava em muitos locais, aí eu vejo que depois ele foi coagindo e hoje tem hora que se toma até choque quando se vê na abrangência em

<sup>36</sup> Articulação Mineira de Agroecologia.

que está envolvendo. Ele está nesta questão da luta pelos territórios. Os monitores-técnicos vão sendo muitos. Então você fica assim com o pé atrás todo momento, você vai crescendo, vai envolvendo, a gente não tinha o costume de trabalhar com projetos do governo, e hoje tem essa ligação, trabalhando em consórcio, eu fico pensando: é importante, mas a gente não sabe até quando, o governo vai e volta toda hora...

Eu vejo o CAA com abrangência e assim essa entidade, politicamente, ela é respeitada, porque eu estou vendo um trabalho sério, sério e coerente, e ele é respeitado, e, mesmo com os adversários, nós respeitamos pelo trabalho.

O CAA tem muitos projetos, tem projetos de uma grande abrangência e dimensão, como é o caso do P1MC<sup>37</sup>. São recursos que devem ser aplicados com muita transparência. Hoje ele tem uma responsabilidade de uma dimensão muito grande, um respeito nacionalmente, por exemplo, a ministra Marina Silva (do Meio Ambiente) reconhece o CAA como um dos representantes do bioma Cerrado, por causa que a gente tem o respaldo, a gente sabe do trabalho feito pelo Cerrado, as mobilizações, as lutas que temos feito juntos pelo Cerrado, pela Caatinga, pelos biomas Cerrado e Caatinga.

Hoje eu posso dizer que minha vida é o CAA, independente de ser diretor. Eu tenho o CAA como um patrimônio, uma construção que apostamos todas as cartas em cima de uma construção, vou continua até o final da vida. Eu vou trabalhar para isso.

**Irmã Mônica:** Eu não sei se o nome “Centro de Agricultura Alternativa” diz tudo para mim. O CAA é um grande formador de opinião em primeiro lugar. E o fato de ir concretizando esse País é uma herança. Quando foi criado aquele núcleo de formação dos filhos dos agricultores, que são aqueles que vêm levantando e mantendo essa bandeira estendida até hoje, eu lembro muito deles, o Zé Leles, o Cido, é uma turma que... Eu não queria esquecer de outros, mas é uma turma que está aí porque são frutos desse trabalho. Depois, é até difícil de a gente padronizar ou perguntar, o que ele é? Pois, em um momento ele é formador de opinião, em outro ele é um agroecologista, depois é aquele que levanta a bandeira do direito civil do cidadão em busca de me-

lhor qualidade de vida. É um grande agregador de valores, de forças vivas. Uma agregação de valores distinta, pois a agregação de valores do CAA, ela vem da força viva que é o agricultor e o seu meio. Então isso, pra mim, me marca demais. E ele vem criando um corpo que é uma verdadeira rede, não só os agricultores de agroextrativismo do nosso querido Cerrado, que vem sendo queimado e ameaçado.

**O**s geraizeiros, os caatingueiros, tanta mulher agricultora, tantos jovens, tantos pais de família. A questão da conservação da biodiversidade que pesa tanto na constituição da formação desenvolvida pelo CAA. Então, ele, para mim, é um redentor, vamos assim dizer, dos valores culturais e das políticas ambientais do Norte de Minas. E ele começou muito pequenininho, como que uma pedrinha que se joga num pequeno lago e você vai vendo as ondas se movendo, movendo, movendo. Era muito pequenininho, tudo era muito pequeno, mas tudo muito consistente na filosofia de organização. E a caminhada foi se abrindo e agregando valores de tal forma que hoje a gente vê o CAA, não o Centro de Agricultura Alternativa como eu falei no início, mas como uma Rede que foi lançada por muitas e muitas pessoas, entidades e ambientes: são as pessoas ligadas à educação, às universidades e, principalmente, aos nativos da região. Hoje nós temos o CAA entrelaçado na libertação dos quilombolas, entrelaçado nos valores culturais dos geraizeiros e caatingueiros, entrelaçado com as políticas públicas regionais, entrelaçado com a segurança alimentar, e só Deus sabe o que é quando a gente fala segurança alimentar.

Eu me alegrei muito hoje de ver que a Pacari está entrelaçada com o CAA. Que é a saúde complementar do meio ambiente e dos seus habitantes, do nosso querido Cerrado. É a maneira de valorizar as plantas medicinais do Cerrado. Então, eu, sinceramente, se tivesse que dizer alguma coisa, eu diria: se for pra gente se separar ou ter que fazer uma seleção de valores, a gente ia entrar em conflito. Porque a gente não sabe. A gente sabe que teve um começo, teve uma certeza da clareza de uma idéia, de uma filosofia de prática. Porém, a gente não sabe até onde isso vai combinar. A gente sabe que isso está combinando em novas idéias, em um novo jeito da agricultura, um novo

<sup>37</sup> Projeto Um Milhão de Cisternas – que vem sendo elaborado e executado por organizações que fazem parte da ASA – Articulação do Semi-árido.

jeito de pensar o ser humano no seu habitat, na sua região, com o seu apostar na história de um povo. Então, eu espero que o CAA continue sabendo que ele é o caminho, que não está só, que temos muito a caminhar. Eu não falo do CAA separado não. Eu já me sinto também CAA e assim são muitos.

**S**e eu pudesse dizer aqui uma figura, eu iria tomar Ben Hur, aquele que morreu lutando, o sangue da libertação aconteceu. Eu acredito que é uma briga muito forte que o Norte de Minas está propondo, e está dando certo. Nós não vamos vencer pela arma, mas nós vamos, sim, vencer pelo sentimento de fraternidade com o Cerrado, um solo de vida melhor, não tirando vida, mas proporcionando vida. É a Grande Sertão, é um duelo de um pequenino negócio com o agronegócio. O pequenino negócio de vida, porque o pequenino negócio é você ser o agroextrativismo, o zelo com o Cerrado, a preservação das nascentes, o respeito pela cultura tradicional, o cuidado com a pessoa onde ela nasceu e vive. Quando eu faço esse raciocínio, eu choro, por que me dói muito quando eu vejo as nascentes dos rios secando, e os “desertos verdes”<sup>38</sup> crescendo, ameaçando. Eu não tenho medo que a Cooperativa Grande Sertão e o CAA não vão avan-

çar. Como religiosa eu digo: eles gritam contra a devastação provocada pelo deserto verde. Vamos fazer valer o nosso Cerrado, cuidado, Deus quer a salvação do nosso chão. Não podemos abrir mão dessa cultura, desse entrelaço com toda essa riqueza, um dia curvado ou sem curvar, esse deserto verde vai ser derrubado pela sequeidão que vai trazer e o fogo que vai destruir, mas quem tiver um punhadinho de água na raiz de uma mangabeira, na raiz de uma jaqueira, é que vai poder refrescar este calor ardente. Esse é um calor mais ardente, o agronegócio esquentando os bancos internacionais com o dólar, com o euro e a gente pergunta: onde está a vida humana? Ela está na plantinha que se chama extrativismo, que é um cuidado de viver com a natureza. Um dia esse povo vai pedir socorro de uma gota d’água e a gente precisa cuidar dessa gota d’água, que eles vão gritar socorro e não vão encontrá-la. Cuidemos, mas cuidemos com muito carinho com a pobreza, com a singeleza, com o cantar dos pássaros, com o frescor da sombra de um pequizeiro, com o nosso Cerrado que faz a nossa caixa d’água. A gente luta um ano, dois anos, seis anos para construir uma história, mas a gente vai ficar na história, porque eu malino nos meus 67 anos e eu ainda não vi o mal vencer o bem, mas o bem sempre vence o mal<sup>39</sup>.

---

#### Referências

ALVES, Rubens “Campos e Cerrados”, In *O Retorno e Terno: Crônicas*, Campinas, Papirus, 1995.

D’Angelis Filho, J.S. “Políticas Locais para o “Dês-Envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal” Tese de Mestrado,

Universidade Católica de Temuco. Temuco, Chile, 2005.

Documento de avaliação primeiro mandato provisório.

ENRIQUEZ, Eugéne. “O vínculo grupal”, In: *Psicossociologia - Análise social e intervenção*. Org. Machado, Marília N.da M. et al., Petrópolis, RJ, Vozes, 1994, p.56 -69.

Estatutos Sociais do CAA, 1989.

---

<sup>38</sup> Referindo-se às grandes extensões de monoculturas de eucalipto e pinus, também denominadas de “desertos verdes”.

<sup>39</sup> Irmã Mônica termina cantarolando: CAA, CAA nos ajuda o cerrado salvar.



Pau de sebo – Festa do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas



Avó e neto – Comunidade de Bem Posta – Minas Novas – MG